

Memória da 20ª Reunião Ordinária do Ciclo Comitê Paulista, realizada no dia 17 de novembro de 2023

Realizou-se, no dia 17 de novembro 2023, às 10h00, em formato híbrido, com transmissão ao vivo pelo canal do Youtube da SEMIL a 20ª Reunião do Ciclo Comitê Paulista (CCP).

Compareceram de forma presencial os (as) representantes (as) **André Vinicius Garcia (Ciclistas)**, **Marcia Regina da Silva Batista (SEMIL)**, **Elaine Mirela Lourenço (SEMIL)**.

Também participaram da reunião, de forma virtual, o (s) a (s) representantes **Anderson Delgue Gianetti (Ciclista)**, **Breno Camargo Kraide (DER)**, **Carine de Amorim Nogueira Calvo (DETRAN)**, **Flavia Oiticica (Ciclista)**, **Georgios Stylianos Hatzdakis (Esportes)**, **Hamilton Cesar da Cunha (DER)**, **Hanna Parreira Faria (Governo e Relações Institucionais)**, **José Fabio do Rego Torquato ((Turismo e Viagens)**, **Lafaiete Alarcon da Silva (Fundação Florestal)**, **Luiz Rafael dos Santos Leite (ARTESP)**, **Major PM Milton Ossamu Yuki (Comando do Policiamento Rodoviário)**, **Marcos Cardoso da Silva (Esportes)**, **Maria Ermelina Brosch Malatesta (Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU)**, **Maria Goretti Farias de Lima (Ciclista)**, **Nalva Regina Teixeira Brant (DETRAN)** e **William Amaral dos Santos (Ciclista)**.

Ainda, também participaram presencialmente da reunião o Sr. José Sheik (SIMA) e a Sra. Deise Maria Palandri (SEMIL). Os representantes, titulares e suplentes das Secretarias de Transportes Metropolitanos, Segurança Pública, Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB não enviaram representantes à reunião.

Declarada aberta a reunião pela **Elaine Mirela Lourenço**, passou-se à leitura da Pauta solicitada pela Sociedade Civil, enviada a todos os membros: **1. Apresentação das Atas já aprovadas e sua publicação; 2. Entrega, leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores e sua publicação; 3. Publicação do vídeo da Reunião Extraordinária; 4. Interdições da Ciclovía do Rio Pinheiros; 5. Devolutiva da Artesp sobre a possibilidade da entrega parcial da Ciclovía da Rodovia dos Imigrantes; 6. Ampliações da Rodovias Castello Branco e Raposos Tavares sem ciclovias e necessidade de adequação ao Plano Estadual; 7. Solicitação de estudo de implantação e apresentação de projeto de ciclovía junto ao Trem Intercidades em atendimento ao Plano Cicloviário; 8. Solicitação de análise de viabilidade de implantação de ciclovias ou ciclofaixas na Rodovia SP 081 – Rodovia José Bonifácio Coutinho Nogueira nos trechos de Campinas ao distrito de Souza e do distrito de Joaquim Egídio até Morungaba e 9. apresentação das agendas dos Grupos de Trabalho visando o início imediato dos trabalhos.**

O senhor **William Amaral** sugeriu que se agendasse reunião extraordinária para a leitura das Atas para que não se demandasse tempo da reunião ordinária. A senhora **Mirela** explicou que, de acordo com o Regimento Interno, as Atas foram encaminhadas por e-mail e a manifestação e aprovação poderiam ser feitas por meio eletrônico, não demandando o agendamento de Reunião Extraordinária. Esclareceu ainda que as Atas foram encaminhadas no dia 10/11/2023 e que, se todos leram e estivessem de acordo, poderiam ser aprovadas durante a reunião, caso contrário, poderiam ser aprovadas até dia 23/11/2023; A senhora Mirela reforçou que todas as reuniões ordinárias serão transmitidas no Youtube e que as Extraordinárias estão gravadas no Teams e que quem acessou as reuniões têm acesso às gravações do Teams; explicou que ainda há certa dificuldade técnica para se publicar as reuniões no site da SEMIL, mas que todos os membros do comitê têm acesso às reuniões extraordinárias através do histórico de conversa do Teams. O senhor **William Amaral** relatou que não tem acesso às gravações do Teams e a senhora **Mirela** disse que compartilharia o link para que ele pudesse acessar.

Foi acordado que os itens **1. Apresentação das Atas já aprovadas e sua publicação** e **2. Entrega, leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores e sua publicação** serão aprovados até o dia 23/11/2023 e, aprovado, será publicado no site e o item **3. Publicação do vídeo da Reunião Extraordinária** será encaminhado através de link ao final da gravação.

Item 4. Interdições da Ciclovía do Rio Pinheiros, na margem oeste do rio, a senhora **Mirela** informou que permanecem as obras do gabião, atualizando que a obra entre a Casa Conectada e a usina São Paulo tem previsão de conclusão em 15/12/2023, seguindo das tratativas para as reconstruções desse trecho da ciclovía e uma parte que está interditada devido à necessidade de recomposição asfáltica na altura das pontes Morumbi e Estaiada e tem previsão de início em dezembro/2023. As previsões de liberação dos dois trechos serão informadas no início de dezembro, quando as obras se iniciarem de fato.

Quanto à passarela flutuante, a senhora **Mirela** esclareceu que foi solicitada a permanência mesmo no período de cheia, a qual foi negada devido à questão de segurança tanto do usuário quanto dos equipamentos e que o controle de cheias é necessário pois é uma área de prestação de serviços públicos e que exige manutenção e operações diárias para a prestação desse serviço.

O senhor **William Amaral** se posicionou quanto haver interdição também na margem leste do rio Pinheiros (documento enviado por parte dos ciclistas), bem como nova interdição causada pela ViaMobilidade, exemplificando as obras da estação Santo Amaro que não dão acesso a ciclovía pela ponte do Socorro, para se fazer o acesso tem-se que subir escadas com a bicicleta.

A senhora **Mirela** posicionou-se que a manifestação estava registrada e explicou que esse questionamento foi encaminhado para a Secretaria de Parcerias em Investimentos -SPI, que é onde o contrato de concessão da ViaMobilidade encontra-se, pois existe uma Comissão de Monitoramento Concessões e Permissões – CMCP que analisará a demanda. Lembrou que o Ciclo Comitê não tem força de cobrar prazos de respostas ou convocar para reuniões; o Ciclo Comitê solicita, aguarda e reitera junto aos órgãos às manifestações que recebe, pois tem um papel de interlocutor e que o processo que está na SPI e está aguardando a resposta.

Com a palavra o senhor **Anderson Gianetti** posicionou-se contra a falta de oferta de vias alternativas de acessibilidade por parte das empresas; que entende que o Comitê não tem poder de fazer exigências junto aos órgãos e sugere, caso seja do entendimento de todos, que se pode utilizar do Ministério Público para sum pedido de esclarecimento e soluções para falta de mobilidade e de acessibilidade que essas obras incorrem aos usuários de bicicletas e triciclos.

A senhora **Maria Goretti Faria de Lima** posicionou sua indignação com a falta de acessibilidade ocasionada pelas obras.

A senhora **Mirela** sugeriu que se aguarde o retorno dos órgãos para os quais foram encaminhadas as manifestações, que está acompanhando o processo, que está andando e que terão um retorno. Frisou que os membros participantes do Comitê têm liberdade, enquanto sociedade civil, de encaminhar suas manifestações aos órgãos. Que a coordenação do comitê se empenha em direcionar e solicitar resposta da melhor forma, para se obter um retorno.

A senhora **Maria Ermelina Brosch Malatesta** apresentou-se como representante do CAU SP, apoiando os membros quanto à utilização das margens de rio Pinheiros., manifestou a preocupação quanto à garantia da viabilidade aos acessos, como impedir qualquer atitude arriscada por parte dos ciclistas. Propôs a participação de membros da Câmara Temática de Bicicleta que fazem parte do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte de São Paulo e colocou-se à disposição para fornecer os contatos.

A senhora **Mirela** convidou a senhora **Maria Ermelina** para participar dos grupos temáticos do Ciclo Comitê Paulista e sugeriu o envio do convite para os membros da Câmara Temática mencionada, para participar do Plano Ciclováriário quando houver interface em uma escala municipal, sendo interpolada pela senhora Maria Ermelina que sugeriu que houvesse um representante da Câmara como membro convidado em todas as reuniões do Ciclo Comitê Paulista. O senhor **William** informou que já há interlocução entre os ciclistas e Câmaras Temáticas de algumas cidades da RMSP, mas que o ideal seria que todas participassem para que o Plano Ciclováriário seja feito de forma a integrar toda a região.

A senhora **Maria Nalva**, representante do DETRAN disponibilizou o Infosiga, com estatísticas de acidentes com ciclistas e mapa de calor, sugerindo dados desde o início de 2022.

Após exposições por alguns membros, a sugestão foi de que sejam utilizados os dados estatísticos de 2020 – 2021 da CET/SP e 2021 -2022 – 2023 do Infosiga.

A senhora **Mirela** se posicionou sobre tratar os temas discutidos nos grupos já existentes e proposta para direcionar aos órgãos que já fazem as campanhas e/ou publicar a campanha no site e que os grupos de Segurança e Edcomunicação passassem a trabalhar os dados fornecidos pelas senhoras **Maria Ermelina** e **Nalva** a questão de acidentes com ciclistas e a melhor estratégia para divulgação dos resultados da discussão.

O senhor **Anderson Gianetti** lembrou que o artigo 10 do Decreto estabelece que a Comissão de Estudos de Acidentes de Trânsito apresentará anualmente, a partir de 30 de abril de 2020, os dados estatísticos do Plano Cicloviário e estariam disponíveis no Portal da Transparência.

O senhor **William** solicitou uma reunião entre os ciclistas, alguns representantes do Comitê e a ViaMobilidade com pauta sobre o acesso. A senhora **Mirela** reforçou que se aguarde uma semana para a resposta da CMCP e salientou que está em um prazo razoável considerando as estruturas organizacionais para que a solicitação chegue a quem possa responder ao questionamento e, se os ciclistas não estiverem de acordo com esse prazo, têm total liberdade para encaminhar uma solicitação de reunião diretamente à ViaMobilidade.

Dando sequência, a senhora **Mirela** retornou a dois pontos abordados; colocando-os a voto, o primeiro foi sobre o envio de convite para o Conselho Municipal de Transportes e Trânsito encaminhar à Câmara Temática de Bicicletas para que indique um membro para participar como convidado nas reuniões do Ciclo Comitê, sem direito a voto, mas com direito a voz que foi aceito por unanimidade dos participantes. O segundo ponto foi a questão de se trabalhar os dados estatísticos referentes aos ciclistas e que o assunto já fosse pauta dos Grupos de Segurança e de Edcomunicação para trabalharem uma proposta de comunicação desses dados, com o período sugerido pelo senhor **Anderson**; que foi aceito por unanimidade dos participantes.

5. Devolutiva da Artesp sobre a possibilidade da entrega parcial da Ciclovía da Rodovia dos Imigrantes, o senhor **Luiz Rafael**, representante da Artesp, esclareceu que o cronograma das obras foi atualizado em outubro de 2023, após a aprovação da autorização de licença por parte da Cetesb em 28/09/23. Disse ainda que até aquela data a Concessionária havia efetuado 6% das obras pois é área de preservação ambiental e não se pode realizar intervenções sem autorização da Cetesb.

O sr. **William** solicitou que se verificasse com a Concessionária a possibilidade de entrega parcial das obras, visando a segurança dos ciclistas.

O senhor Luiz irá confirmar as informações recebidas pela Concessionária com devolutivo provável dia 24/11/2023.

6. Ampliações da Rodovias Castello Branco e Raposos Tavares sem ciclovias e necessidade de adequação ao Plano Estadual

A senhora **Milena** sugeriu que quando houver proposta de discussão, antes de apresentar somente o tema, sejam apresentados aos membros os principais pontos que o proponente da pauta queira discutir, para que todos se preparem, proposta esta sugerida pelo senhor **Anderson Gianetti**, que esclareceu que em reunião com os representantes dos ciclistas, conversaram a respeito desse tema, aludindo ao Decreto que Trata do Plano Cicloviário que estabelece que sempre que houver uma construção ou duplicação de rodovias, concessionadas ou não, os projetos têm que ser revistos e adaptados nos termos do Decreto, artigo 12.

Diante do exposto, o senhor **Gianetti** solicitou posicionamento dos órgãos que estão representados no Ciclo Comitê Paulista e que têm ingerência direta sobre as rodovias\_Castello Branco e Raposos Tavares para esclarecer se foi feito algum estudo, se está previsto e, caso não, se ainda há tempo de incluir esses estudos nas duas rodovias citadas.

A senhora **Mirela** citou os dois pontos de pauta da reunião, a saber, 7. Solicitação de estudo de implantação e apresentação de projeto de ciclovía junto ao Trem Intercidades em atendimento ao Plano Cicloviário; 8. Solicitação de análise de viabilidade de implantação de ciclovias ou ciclofaixas na Rodovia SP 081 – Rodovia José Bonifácio Coutinho Nogueira nos trechos de

Campinas ao distrito de Souza e do distrito de Joaquim Egídio até Morungaba, instruindo que esses poderiam ser encaminhados aos órgãos representados no Comitê, lembrando que o Decreto também alude à necessidade de estudos de viabilidade técnica e econômica para a implantação de ciclovias ou ciclofaixas.

A sra. **Mirela** sugeriu que as demandas apresentadas referentes aos itens 6., 7. e 8. fossem encaminhadas para os órgãos a que são submetidos.

O sr. **Luiz Rafael** esclareceu que dependendo do assunto, a Artesp tem ingerência sobre determinados assuntos e sobre outros é a Secretaria de Parceria em Investimento – SPI, a qual está subordinada, que toma as decisões e/ou tratativas. Lembrou ainda que, até 2020, essas obras poderiam ser itens de contrato previstos no edital antes do Decreto e que talvez ele não alcance, mesmo porque o Decreto tem um gatilho de demanda mínima de ciclistas X VDM, que pode ou não alcançar a obrigatoriedade, da mesma forma que pode não haver viabilidade técnica de segurança, alto custo de desapropriação etc.

O sr. Breno Camargo Kraide, representante do DER, realizou um levantamento da SP 81 e esclareceu que o trecho em questão, referente ao item 8. Solicitação de análise de viabilidade de implantação de ciclovias ou ciclofaixas na Rodovia SP 081 – Rodovia José Bonifácio Coutinho Nogueira nos trechos de Campinas ao distrito de Souza e do distrito de Joaquim Egídio até Morungaba, é de jurisdição do DER e que precisa ser verificado junto à diretoria de engenharia ou a regional a existência de algum impedimento ou estudo técnico que impeça a implantação da ciclovia de acordo com a legislação.

O sr. Anderson Gianetti lembrou que o decreto é do ano de 2018, tem 5 anos e no artigo 12, inciso 3, está descrito que os projetos de construção ou duplicação de rodovias já desenvolvidos e com as obras não licitadas serão revistos e adaptados nos termos do decreto. O que importa é que as obras não tenham sido licitadas antes de 2018, assim é pouco provável que as que estão sendo executadas em 2023 tenham sido licitadas antes de 2018, salvo se houve alguma impugnação, enfim, da licitação, algum tipo de busca da justiça.

O sr. Luiz explicou que no caso das concessões o edital é feito antes do contrato e prevê todas as obras em função do crescimento esperado da região. Para a realização das obras de ampliação e/ou duplicação o VDM tem que atingir um mínimo. Acontecem obras não previstas nos contratos, mas é preciso realizar um equilíbrio, que anteriormente era decidido dentro da ARTESP. A obra pode estar prevista em contrato, mas sempre haverá um gatilho para que ela seja implantada ou não.

A sra. Mirela sugeriu que para encaminhar as demandas apresentadas faz-se necessário que a SPI/Artesp e o DER realizem o levantamento das informações e pediu uma explanação de cada ponto ao sr. Anderson, de forma que as solicitações também sejam feitas em pontos separados e que seja identificado o ciclista que for encaminhar a demanda de forma direta, mas que a coordenação do Comitê também enviaria, estabelecendo-se um prazo para a resposta.

Questionamentos referentes aos pontos da pauta: 6. Castello Branco, 7. Trem Intercidades e 8. Raposo Tavares

A sra. Mirela propôs que os coordenadores organizem as agendas e convoquem as reuniões de grupos e os participantes definam a frequência dessas reuniões, lembrou que devem ter uma memória de reunião sobre o que foi tratado para ficar registrado ao final da entrega do plano do produto de cada grupo e nas reuniões plenárias apresentariam o andamento das discussões do grupo para fluir essas temáticas decididas anteriormente.

Novos integrantes poderão participar sua manifestação nas reuniões plenárias para integrar aos grupos de trabalho, seguindo o nosso regimento; assim, qualquer inclusão de convidados, a sugestão passará pela plenária.

A coordenação aguardará as manifestações dos ciclistas em relação aos itens 6., 7. e 8. para encaminhamento aos órgãos responsáveis, bem como o plano de trabalho com o nome dos coordenadores e com e componentes participantes do sub grupo e os coordenadores têm até 7 dias para encaminhar a convocação da reunião do grupo.

Não havendo mais quaisquer manifestações a reunião foi encerrada.